convenientes, especificando as matérias e os poderes abrangidos na delegação.

Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — António Francisco Barroso de Sousa Gomes — Manuel da Costa Brás — Henrique Medina Carreira.

Promulgado em 20 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 12/77

de 6 de Janeiro

Considerando que no distrito de Setúbal a Polícia de Segurança Pública tem à sua responsabilidade vários agregados com alta densidade de habitantes e complexos industriais dos mais importantes do País;

Considerando que o distrito de Faro constitui importante zona turística do País, onde se concentra elevado número de população flutuante, que, por esse facto, constitui um *habitat* que se tem constatado propício e preferencial à existência e actuação de marginais;

Considerando que no distrito do Funchal a Polícia de Segurança Pública é a única força de segurança existente, tendo à sua responsabilidade o policiamento, quer das zonas urbanas, quer da área rural;

Considerando que os Comandos Distritais de Setúbal, Faro e Funchal têm vindo a ser reforçados com os elementos disponíveis, convém desde já criar a nova estrutura do Comando orientada para uma futura reestruturação;

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Os lugares de comandante distrital da Polícia de Segurança Pública de Setúbal, Faro e Funchal serão desempenhados por majores ou tenentes-coronéis.

Art. 2.º Os comandantes distritais de Setúbal, Faro e Funchal serão coadjuvados nas suas funções por um 2.º comandante, major ou capitão.

Art. 3.º O quadro da Polícia de Segurança Pública é aumentado do seguinte pessoal:

Três tenentes-coronéis ou majores.

Art. 4.º Os 2.ºs comandantes distritais de Setúbal, Faro e Funchal da Polícia de Segurança Pública têm competência disciplinar igual à de comandante de divisão da Polícia de Segurança Pública.

Art. 5.º Os encargos resultantes da execução deste diploma são suportados, no corrente ano económico, pelas sobras que se verifiquem nas dotações orçamentais consignadas ao pessoal da Polícia de Segurança Pública.

Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — Manuel da Costa Brás.

Promulgado em 23 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 13/77

de 6 de Janeiro

Considerando que o serviço desempenhado pelo pessoal que serve em unidades de cavalaria é extremamente sobrecarregado, pois, para além do desempenho do serviço normal distribuído a qualquer praça, lhe incumbe tratar do solípede que tem a seu cuidado;

Considerando que para além de todo o serviço normal ainda há necessidade de distribuir para tratamento e limpeza mais do que um solípede, mercê das faltas nos efectivos orgânicos que não tem sido possível recompletar;

Considerando que a gratificação prevista na tabela n.º 2 anexa ao Regulamento dos Serviços Administrativos da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto n.º 9168, de 4 de Outubro de 1923, que contempla estas situações atribuindo uma gratificação diária às praças que, para efeitos de tratamento e limpeza, tenham mais de um solípede distribuído, é presentemente de \$15/dia — valor que está manifestamente desactualizado, pelo que não constitui qualquer prémio;

O Governo decreta, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. Às praças da Guarda Nacional Republicana a quem for distribuído, para efeitos de tratamento e limpeza, mais do que um solípede, é atribuída uma gratificação especial diária de 15\$, enquanto esta situação se mantiver.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Soares — Manuel da Costa Brás — Henrique Medina Carreira.*

Promulgado em 20 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Decreto-Lei n.º 14/77

de 6 de Janeiro

Os montados de azinho estão hoje essencialmente confinados a áreas de solos muito degradados das zonas ecológicas onde predominam influências climáticas mediterrânicas e ibéricas, sendo já rara a sua representação em terrenos de aptidão agrícola.

A destruição da componente arbórea dos montados de azinho, e, assim, do coberto conferido pelas azinheiras, traduz-se para a grande maioria dos casos na criação de condições de vida mais desfavoráveis, fenómeno profusamente demonstrado pelo confronto entre áreas comparáveis quanto a macroclima, a topografia, a exposição e a solo, umas de montado, outras abertas por remoção do azinho.

O arranque das azinheiras e a prática de frequentes mobilizações que acompanha a destruição do mon-

tado facilitam processos de decapitação e de mineralização dos solos, de resto já degradados, o que representa insistir na política de delapidação do património edáfico, quando importa, pelo contrário, promover a recuperação de fundos de fertilidade perdidos, condição necessária do progresso efectivo do meio rural.

Para além da intensa combustão da matéria orgânica acumulada sob o coberto de azinho que aquelas práticas depredatórias estimulam e da ocorrência de alterações desfavoráveis no regime das águas, a que corresponde a intensificação do escoamento superficial e dos processos erosivos inerentes, a destruição do ecossistema montado ocasiona modificações indesejáveis no clima junto ao solo, contribuindo para o agravamento da semiaridez de um meio já de si difícil, cujo desequilíbrio convém quanto possível corrigir.

Embora difíceis de quantificar, os efeitos indirectos destes povoamentos, quando de densidade conveniente, poderão ser no presente mais valiosos para os rurais e a colectividade em si do que os seus produtos directos. O arvoredado dos montados de azinho constitui, assim, uma componente principal de sistemas vivos a valorizar e não a votar a novas etapas de degradação, tanto mais dispondo-se de conhecimentos de índole diversa em que apoiar o seu enriquecimento como sistema produtivo, nomeadamente através de programas de recuperação e de melhoramento de pastagens de sequeiro sob coberto, a explorar em regime silvo-pastoril.

Não obstante levar mais de duas gerações a formar-se um montado adulto de azinho, pouco ou nada tem sido feito com o fim de garantir a sua permanência, nomeadamente nas zonas onde provou ser, até hoje, o coberto arbóreo de mais fácil instalação, desenvolvimento e perpetuação. Perante o surto de destruição que presentemente atinge muitos dos montados de azinho, em especial no Alentejo, quer por eliminação pura e simples do arvoredado, quer por mutilação das copas com arreas de novo tipo destinadas, na maior parte dos casos, a uma indesejável mecanização e exploração do solo — de passageiros, depredatórios ou utópicos resultados —, torna-se urgente defender o que ainda resta de tais montados, pelo que se impõe fazer cumprir normas de tratamento e de protecção, em especial nas zonas onde a permanência da espécie é mais necessária.

Encontram-se nessas condições os montados de azinho das áreas de utilização não agrícola dos concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, dos concelhos dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, do concelho de Coruche e dos concelhos do Montijo, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, incluídas nas zonas ecológicas submediterrânea, eumediterrânea ou ibero-mediterrânea.

Mesmo nos casos em que os solos têm utilização agrícola, os cortes ou arranques do montado de azinho para transformação de cultura deverão atender às vantagens de preservar faixas de arvoredado com larguras e afastamentos convenientes, tendo em vista conferir às áreas a agricultar uma maior potencialidade produtiva através da sua compartimentação por faixas arborizadas.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O arranque, corte ou poda de azinheiras dependem de prévia autorização da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

Art. 2.º — 1. São proibidos os arranques ou cortes de azinheiras que provoquem o abaixamento do coberto para além do limite inferior de densidade normal dos montados de azinho.

2. Considera-se limite inferior da densidade normal dos montados de azinho aquele que corresponde a um coberto arbóreo de 40 %.

Art. 3.º As podas de azinheiras só poderão ser realizadas no período de 1 de Novembro a 30 de Abril.

Art. 4.º A Direcção-Geral dos Recursos Florestais poderá fixar condições técnicas especiais ou quaisquer limitações às operações autorizadas, podendo conceder autorização para cortes rasos desde que seja expressamente reconhecida pelos serviços competentes do Ministério da Agricultura e Pescas a vantagem de os solos serem utilizados por outras culturas.

Art. 5.º O pedido de autorização para qualquer das operações referidas no artigo 1.º deverá ser feito por escrito devidamente assinado pelo responsável ou responsáveis pela exploração onde a operação se vai efectuar, devendo a assinatura ou assinaturas ser reconhecidas por declaração, no próprio requerimento, de qualquer funcionário do Ministério da Agricultura e Pescas.

Art. 6.º O pedido de autorização referido no artigo anterior deve conter a designação da entidade gestora da exploração, a identificação do prédio e localização da área onde a operação irá ter lugar e a discriminação do tipo de trabalhos que se pretendem efectuar.

Art. 7.º As infracções ao disposto no presente diploma são puníveis, como transgressão, com as multas seguintes:

a) Por falta de pedido de autorização para as operações de arranque, corte ou poda de azinheiras — 200\$;

b) Por arranque ou corte de azinheiras sem prévia autorização, e tomado o perímetro do tronco até à altura de 50 cm a contar do solo:

Por árvore com perímetro inferior a 50 cm — 50\$;

Por árvore com perímetro compreendido entre 50 cm e 100 cm — 100\$;

Por árvore com perímetro compreendido entre 100 cm e 150 cm — 200\$;

Por árvore com perímetro superior a 150 cm — 350\$;

c) Por podas não autorizadas que afectem temporária ou definitivamente a capacidade produtiva das azinheiras — metade das multas fixadas na alínea b).

Art. 8.º São solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas a entidade gestora do montado e a entidade responsável pela execução das operações ilegais.

Art. 9.º Os serviços competentes da Direcção-Geral dos Recursos Florestais farão a fiscalização, calcularão as multas e farão a sua cobrança, revertendo o

produto das multas para o Fundo de Fomento Florestal.

Art. 10.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — António Miguel Morais Barreto.

Promulgado em 20 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

SECRETARIA DE ESTADO DA ESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA

Decreto-Lei n.º 15/77

de 6 de Janeiro

Os conselhos regionais de reforma agrária, criados pelo Decreto-Lei n.º 351/75, de 5 de Julho, deveriam constituir organismos de descentralização e de participação das populações nos domínios da Reforma Agrária.

A sua composição e as suas funções foram, todavia, largamente ultrapassadas, de tal modo que nunca vieram os conselhos regionais de reforma agrária a conhecer uma existência efectiva.

Assim, tornou-se necessário criar novos órgãos que realmente satisficam tais necessidades de descentralização e de participação, de acordo com o artigo 104.º da Constituição, iniciativa que o Ministério da Agricultura e Pescas vai tomar, na sequência do que o Governo apresentará em breve à Assembleia da República uma proposta de lei.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único—1. É revogado o Decreto-Lei n.º 351/75, de 5 de Julho.

2. As referências aos conselhos regionais de reforma agrária feitas em quaisquer diplomas entendem-se feitas às brigadas técnicas das regiões agrícolas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Soares.*

Promulgado em 22 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Correios e Telecomunicações de Portugal

Portaria n.º 8/77

de 6 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, que, ao abrigo das disposições do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 42 417, de 27 de Julho de 1959, seja lançada em

circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos, com tarja fosforescente, alusiva à energia (ciclo de recursos naturais), com as dimensões de 40 mm×30 mm, denteado 14×14¹/₄, nas taxas, motivos e quantidades seguintes:

1\$ — Energia hídrica	5 000 000
4\$ — Energia fóssil	5 000 000
5\$ — Energia geotérmica	2 000 000
10\$ — Energia eólica	1 000 000
15\$ — Energia solar	500 000

Ministério dos Transportes e Comunicações, 27 de Dezembro de 1976. — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar.*

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 4/76

ESTATUTO DOS MEMBROS DO GOVERNO REGIONAL

Tornando-se necessária ao exercício das suas funções a definição do conjunto de direitos e deveres dos membros do Governo Regional, a Assembleia Regional decreta, nos termos do artigo 229.º, n.º 1, alínea *a*), da Constituição e do artigo 33.º, alínea *i*), do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, o seguinte:

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

(Responsabilidade civil e criminal dos membros do Governo)

Os membros do Governo são civil e criminalmente responsáveis pelos actos que praticarem ou legalizarem.

Artigo 2.º

(Inviolabilidade)

1. O Presidente do Governo Regional não pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Regional.

2. Nenhum Secretário do Governo Regional pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização do Presidente do Governo Regional.

3. Movido procedimento criminal contra algum membro do Governo Regional e indiciado este por despacho de pronúncia ou equivalente, o Presidente do Governo Regional decidirá, tratando-se de algum Secretário Regional, ou a Assembleia Regional deliberará, tratando-se do Presidente do Governo Regional, se o membro do Governo em questão deverá ou não ser suspenso para efeito de seguimento do processo.

CAPÍTULO II

Artigo 3.º

(Direitos e regalias)

1. Enquanto empossados nas suas funções, os membros do Governo Regional não podem ser jurados ou peritos.